

A Secção Permanente  
do Senado para decidir  
o período para realização  
da época especial para conclusão  
de curso  
J.C. Marques dos Santos  
9-27/03/06

Ex.mo Senhor  
Reitor da Universidade do Porto  
Prof. Doutor José Carlos D. Marques dos Santos

Porto, 26 de Fevereiro de 2007

Na sequência das dúvidas levantadas na última reunião da Secção Permanente do Senado sobre as datas legalmente possíveis para a realização da época especial para conclusão de licenciatura, e de acordo com os esclarecimentos prestados pelos Serviços Jurídicos e pela Divisão Académica desta Reitoria, informo que a definição de época normal, época de recurso e época especial surgiu com a Portaria nº 886/83, de 22 de Setembro, que estabelecia no seu artigo 4º: «Em cada ano lectivo, em relação a cada disciplina, haverá as seguintes épocas de exame final: a) Época normal; b) Época de recurso; c) Época especial». De acordo com esta portaria, na época especial «(...) cada aluno pode prestar provas de exame final em disciplinas a cujo exame na época normal não haja comparecido ou, tendo comparecido, dele haja sido reprovado (...), desde que, com a aprovação em tais disciplinas, reúna as condições necessárias à obtenção de um grau ou diploma».

Muito embora esta Portaria deva considerar-se revogada pela Lei nº 108/88, de 24 de Setembro (Lei da Autonomia Universitária), a mesma trilogia foi retomada na Deliberação nº 1536/2005, de 23 de Novembro, da Secção Permanente do Senado que aprovou o *Regulamento dos Princípios a observar na avaliação dos discentes da U.Porto*. O nº 1 do artigo 10º deste regulamento estabelece, além das épocas normal e de recurso, a «Época especial de conclusão de curso».

Ainda de acordo com o artigo 11º daquela Portaria, os exames da época especial não poderão ter lugar após o dia 15 de Dezembro do ano lectivo subsequente. Ou seja, nada impede que sejam realizados antes dessa data.

Deste modo, atendendo a que a Universidade do Porto continua a aceitar a possibilidade prevista na referida Portaria da realização da “época especial de conclusão de curso”, penso que tem toda a legitimidade para fixar os prazos que considera adequados à mesma e ao normal funcionamento do seu calendário escolar e objectivos académicos.

Com os melhores cumprimentos.

A Vice-Reitora

Maria de Lurdes Correia Fernandes